

**Narrativas juvenis:** dilemas, tensões e desafios em torno das novas configurações do mundo do trabalho

Valdeci Reis<sup>1</sup>  
Meimilany Gelslechter<sup>2</sup>  
Emilaura Alves<sup>3</sup>

**RESUMO**

O presente estudo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com jovens egressos de cursos técnicos da área de serviços e indústria de alimentos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2014), desenvolvida entre 2016 e 2017, com jovens formados há mais de três anos. O artigo problematiza as narrativas de dezesseis egressos, à luz de temas como: gênero, empreendedorismo, uberização dos serviços e informalidade. O estudo conclui que os jovens entrevistados tendem a incorporar com muita facilidade os discursos difundidos nos meios de comunicação de massa, sobretudo as notícias referentes às novas dinâmicas do mundo do trabalho. Nas narrativas, é possível constatar, ainda, que os jovens estão despolitizados e acreditam que as novas dinâmicas de precarização do trabalho são uma consequência natural da era tecnológica que a sociedade está atravessando.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Educação Profissional. Tecnologia. Emprego

**Youth narratives:** dilemmas, tensions and challenges around the new configurations of the working world

**ABSTRACT**

This study presents the results of a research carried out in the city of Florianópolis, State of Santa Catarina, with young graduates of technical

---

1 Doutorando em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina . Mestre em Educação . Pedagogo, . E-mail: valdeci.reis@ifsc.edu.br.

2 Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Pedagoga, Especialista em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), E-mail: meimilany.gelslechter@ifsc.edu.br

3 Mestra em Nutrição pela UFSC . Professora de Nutrição.. E-mail: emilaura.alves@ifsc.edu.br

courses in the area of Services and Food Industry. It is a qualitative research (MINAYO, 2014), developed withing 2016 and 2017 with young people graduated more than three years ago. The article problematizes the narrative of sixteen graduates according to topics such as: gender, entrepreneurship, service “uberization” and informality. The study allowed to conclude that the young people interviewed tend to incorporate very easily the discourse disseminated in the mass media, especially the news regarding the new dynamics of the world of work. In their narratives, it is possible to observe that young people are depoliticized and believe that the new dynamics of precarious work are the natural consequence of the technological age that society is experiencing.

Keywords: Youth. Job. Professional education. Technology. Employment

**Narrativas juveniles:** dilemas, tensiones y desafíos en torno a las nuevas configuraciones del mundo del trabajo

## RESUMEN

El presente estudio presenta los resultados de una investigación desarrollada en el municipio de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, con jóvenes egressos de cursos técnicos del área de Servicios e Industria de Alimentos. Se trata de una investigación cualitativa (MINAYO, 2014), desarrollada entre 2016 y 2017 con jóvenes formados hace más de tres años. El artículo problematiza las narrativas de dieciséis egressos a la luz de temas como: género, emprendedorismo, uberização de los servicios e informalidade. El estudio concluye que los jóvenes entrevistados tienden a incorporar con mucha facilidad los discursos difundidos en los medios comunicacionales de masa, sobre todo las noticias referentes a las nuevas dinámicas del mundo del trabajo. En las narrativas, es posible constatar, aún, que los jóvenes están despolitizados y creen que las nuevas dinámicas de precarização del trabajo son una consecuencia natural de la era tecnológica que la sociedad está atravesando.

Palabras claves: Juventud. Trabajo. Educación Profesional. Tecnología. Empleo

## Introdução

O presente artigo analisa as trajetórias de inserção profissional dos jovens egressos de Cursos Técnicos no município de Florianópolis,

Estado de Santa Catarina<sup>4</sup>. Considerando o cenário da atual crise no mundo do trabalho, sobretudo do desemprego prolongado e da disseminação das formas recentes de precarização do trabalho, a pesquisa procurou desvendar as trajetórias profissionais dos jovens que concluíram cursos técnicos profissionalizantes na área de gastronomia e indústria de alimentos.

A capital do Estado de Santa Catarina tem como um dos eixos principais de sua economia a oferta de serviços no ramo de turismo, hospitalidade e lazer. Cotidianamente, os meios de comunicação de massa difundem um discurso propagado pela classe patronal, quanto à falta de mão de obra qualificada. A pesquisa, realizada entre 2016 e 2017, busca refletir os sentidos que os próprios jovens atribuem às suas trajetórias de inserção profissional após terem participado de um curso profissionalizante no Instituto Federal de Santa Catarina.

Trata-se de um estudo qualitativo realizado com jovens (egressos de até 29 anos) dos cursos técnicos de Gastronomia, Panificação e Confeitaria. Para a referida pesquisa, foram selecionados educandos que concluíram a sua formação no período entre 2012 e 2013. No recorte temporal informado, o Campus Florianópolis-Continente do IFSC formou 31 Técnicos em Panificação e Confeitaria (dos quais seis eram jovens), e 41 Técnicos em Gastronomia (dos quais 18 eram jovens). Desse universo, foram selecionados 16 jovens egressos.

As motivações para focar na trajetória profissional dos jovens advêm das dificuldades que essa faixa etária encontra para adentrar no universo profissional. Estudos recentes sobre o mercado de trabalho demonstram que os jovens estão mais vulneráveis ao desemprego, bem como às condições precárias do subemprego. Dados do IBGE de 2011 apontavam que o desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos no Brasil era de 16,3%. Analisando os dados entre a população adulta (29 a 49 anos), o índice ficou restrito a 5,7% (SILVA; EVANGELISTA; QUARTIERO, 2012).

Carrano (2011) aponta que as dificuldades de inserção profissional da juventude não são uma particularidade do Brasil. Países da América Latina e da Europa também vivenciam o mesmo fenômeno. Para o autor, esse é um dos fatores que contribuiu para o alargamento do conceito de juventude na América Latina (15 a 29 anos) e na Europa (15 a 34 anos)<sup>5</sup>.

---

4 Trata-se de uma pesquisa financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina. A pesquisa contou com a atuação da bolsista de pesquisa Maristela Borges.

5 Até 2002, os documentos oficiais no Brasil consideravam jovens pessoas entre 15 a 24 anos.

De fato, vários estudos têm identificado um prolongamento da fase juvenil (DAYRELL 2003, 2005, 2007). Nos últimos anos, constata-se que os jovens ficam mais tempo na casa dos pais, o percurso escolar foi estendido e, conseqüentemente, a inserção no mundo do trabalho acaba ocorrendo mais tarde. Ao observar as políticas públicas colocadas em curso pelo governo brasileiro no período entre 2003 a 2016, é possível identificar uma iniciativa que priorizou a qualificação profissional como fator indispensável para que o jovem pudesse conquistar o emprego formal.

Todavia, no período citado, o país não criou postos de trabalhos suficientes para atender à quantidade de jovens que eram formados pelas instituições de educação profissional e tecnológica. Estudos desenvolvidos por Antunes (2011) demonstram que a maior parte das vagas criadas nesse período foi no âmbito do trabalho simples, ou seja, oportunidades que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

Atualmente, na sociedade brasileira, há um intenso debate sobre o significado de ser jovem. Quando mencionamos a categoria “jovens”, estamos nos referindo a pessoas entre 15 e 29 anos. Tal recorte foi realizado com base nos parâmetros do Estatuto Brasileiro da Juventude<sup>6</sup>, bem como na análise das políticas públicas promovida pelo Governo Federal nos últimos 16 anos – criação do Conselho Nacional da Juventude, criação da Secretaria Nacional da Juventude, criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Ao observar os documentos, leis e decretos que norteiam a política nacional da juventude brasileira, é possível constatar que todas as normativas denominam como jovem um indivíduo na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Em relação aos adolescentes de 15 a 18 anos, o Estatuto da Juventude esclarece que algumas especificidades são regidas pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como outras leis específicas de proteção laboral, não se aplicando o que está previsto no Estatuto da Juventude. Os jovens selecionados para esse estudo têm entre 18 e 29 anos.

Como procedimento de coleta de dados, aplicamos uma entrevista semiestruturada (MINAYO, 2014) com os dezesseis jovens egressos selecionados. A escolha por essa técnica justifica-se na flexibilidade que o protocolo permite ao pesquisador para absorver temas e reflexões

---

6 LEI nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2017.

trazidas à tona pelos entrevistados. Após a transcrição, as narrativas juvenis foram analisadas à luz da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). De acordo com esse procedimento metodológico, a análise textual é feita em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração de material; 3) tratamento dos resultados, com inferência e interpretação à luz do marco conceitual.

Iniciamos a pré-análise com a leitura flutuante dos dados brutos da coleta. Posteriormente, analisamos as respostas dos entrevistados, levando em consideração os objetivos da proposta de pesquisa. Em um terceiro momento, com a ajuda do software Atlas.TI, foram analisadas as narrativas em comum nas entrevistas que poderiam ser utilizadas como indicadores na fase de exploração.

A fase de exploração do material coletado também foi efetuada com o auxílio do software Atlas.TI. De acordo com Bardin (2011), essa fase consiste nas operações de codificação e categorização do material coletado. A codificação seria a organização das narrativas em temas. Já a categorização é a classificação dos temas por semelhança ou diferenciação, o que resultará nas categorias de análise da pesquisa.

Esse artigo é dividido em três seções. Inicialmente, apresentamos o conceito de juventude e as bases metodológicas da pesquisa. Na segunda seção, discorreremos sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Por fim, analisamos as narrativas dos sujeitos deste estudo.

## **As novas dinâmicas nas relações de trabalho**

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, especialmente as oriundas da revolução industrial ocorrida na Europa Ocidental nos séculos XVIII-XIX, substituíram o trabalho artesanal e as ferramentas pelo trabalho assalariado com predomínio do uso de máquinas, promovendo, assim, profundas modificações na organização do processo produtivo no contexto da globalização. Já a passagem do século XX foi marcada por “acelerados movimentos de mudanças do processo de acumulação, centralização e concentração do capital sob a égide das grandes corporações e da hipertrofia financeira” (p. 23), conforme assinala Motta (2012).

As alterações nos processos gerenciais da produção fundamentados nas contribuições de Frederick W. Taylor (1856-1915) reestabeleceram novas formas de controlar o tempo e os movimentos e inauguraram

procedimentos para a organização da produção, ao separar a gerência, a concepção, o controle e a execução, o que resultou em maiores ganhos de rendimentos. Este processo de produção, o fordismo, tem como característica a linha automática de montagem, os trabalhadores em posição fixa, a padronização, a funcionalidade e a eficiência. Visando a maiores ganhos de produtividade, trouxe inúmeras implicações nas relações sociais dessa época (HARVEY, 1998).

Os sinais dessas mudanças são marcantes nos processos de organização do trabalho humano, nos hábitos de consumo, nas configurações geográficas e geopolíticas e na articulação do poder e das práticas do Estado (HARVEY, 1998). As mudanças desse período, sobretudo no início dos anos de 1970, repercutiram de forma decisiva na vida da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>7</sup>. Dessas transformações, surgiram grandes impactos na forma como os indivíduos passaram a se preparar para o ingresso no mercado de trabalho.

A qualificação dos trabalhadores e a capacitação da força de trabalho ganharam destaque especialmente com a defesa da Teoria do Capital Humano (TCH), que surge no contexto do pós-guerra e sustenta a tese de que o incremento na educação se constitui como diferencial no crescimento econômico dos países e estabelece uma relação direta entre escolaridade e renda, com base no sucesso individual de profissionais. Neste sentido, “o sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais [...], em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica” (HARVEY, 2008, p. 76).

As bases da TCH estão calcadas na teoria econômica neoclássica, marcada pelo liberalismo político e econômico. Porém, é a partir da década de 1950 que a concepção de Capital Humano ganhou corpo de forma sistematizada, no seio da chamada Escola de Chicago, com os estudos dos economistas estadunidenses Gary Becker (1930-2014), Jacob Mincer (1922-2006) e Theodore Schultz (1902-1988). Por suas produções teóricas consideradas inovadoras, Schultz e Becker foram contemplados com o Nobel de Economia, respectivamente em 1979 e 1992 (MACHADO, 2010).

---

<sup>7</sup> A expressão a *classe-que-vive-do-trabalho* foi formulada pelo sociólogo marxista brasileiro Ricardo Antunes no livro “*Adeus ao trabalho?*” e se contrapõe ao termo da “não-classe do não-trabalho” cunhado pelo filósofo austro-francês André Gorz (1923-2007) na obra *Adeus ao proletariado*. Para Gorz, o trabalho teria perdido a centralidade que dispunha até então e, conseqüentemente, destituía o movimento operário de parte de seu potencial contestador e revolucionário (MEDEIROS FILHO, 2011).

Schultz faz uma análise pioneira e importante para a economia burguesa ao contabilizar o fator humano (H), além dos já considerados insumos usuais, como níveis de tecnologia (A), insumos de capital (K) e insumos de mão de obra (L), para explicar as variações do desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países (FRIGOTTO, 2003). A obra de Schultz foi sendo incorporada aos discursos de organismos internacionais e regionais cuja visão e interesses são os do grande capital (FRIGOTTO, 1998).

Os estudos acerca da TCH iniciaram-se por volta de 1940 e constataram que as capacidades adquiridas dos agentes humanos é uma fonte relevante para os ganhos de produtividades. Já no período entre 1950 e 1960, a TCH é editada no bojo do desenvolvimentismo sinonimizado de crescimento econômico. A edição tem a pretensão de possibilitar a equidade entre as nações, grupos e indivíduos sem considerar as origens históricas dos processos de desigualdades entre as nações na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Estas, por sua vez, legitimam nações como periferias do centro econômico capitalista<sup>8</sup>. Em escala macro, a TCH foi utilizada para justificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento das nações em função do investimento em Capital Humano que dinamizava a economia e aumentava a renda do trabalhador.

Ainda que a razão capital-rendimento tenha sido uma concepção importante na recuperação e reconstrução de países pós-guerra, é preciso contextualizá-la historicamente, entendendo que ela foi apropriada no período keynesiano – marcado pela presença do Estado como garantidor do pleno emprego, das políticas de bem-estar social e crescimento econômico que compunham o Estado Desenvolvimentista da época. Neste cenário, como resposta ao problema das desigualdades entre países (desenvolvidos e subdesenvolvidos) e entre os indivíduos (pobres e ricos), a escola é entendida como o lugar da solução, da equalização da história dos sujeitos e das nações, da redenção dos conflitos que constituem os fundamentos da sociedade capitalista que é, na es-

---

8 Para José Paulo Netto (2013), a segmentação da produção, a horizontalização e a descentralização – a “fábrica difusa” –, que são fomentadas em vários ramos, propiciam uma “mobilidade” dos polos produtivos, encadeados, agora, em redes supranacionais. Em decorrência da instabilidade dos capitais, também ocorreram transferências de força de trabalho e, por conseguinte, a pulverização do “Terceiro Mundo”, tornando mais evidentes os bolsões de pobreza que se constituíram a partir das massas de trabalhadores subalternizados, precarizados e imigrantes nos países considerados desenvolvidos que já não gozam mais dos padrões de bem-estar social vividos outrora.

sência, desigual e insuperável pela própria lógica de apropriação do trabalho alienado que impõe.

A expectativa depositada na educação, na escola e no conhecimento tem demonstrado o quão equivocada se faz esta proposta, pois a escola, da forma como está organizada nos seus currículos, no seu *modus operandi*, atende às demandas do Capital e se constitui mais um dos aparelhos ideológicos de Estado.

Segundo Althusser (1996), para que a força de trabalho se reproduza como tal, é necessário que ela seja *competente*, ou seja, apta a ser posta para trabalhar no complexo processo de produção. Na sociedade capitalista, ao contrário das organizações sociais escravistas e servis, cuja qualificação ocorreria *in loco*, a aprendizagem acontece maciçamente no sistema educacional, cuja função principal é reproduzir o sistema vigente. Historicamente, a escola foi o espaço oficial do aprender e do saber, *locus* privilegiado para a disseminação do conhecimento.

Há um grande anseio com relação à escola no que diz respeito à disseminação do conhecimento científico, bem como instituição capaz de resolver as desigualdades sociais. Na história da Educação Profissional não foi diferente, pois a esta foi atribuída a função de qualificar a classe trabalhadora. Todavia, é preciso destacar que a qualificação profissional não está diretamente relacionada com a geração de empregos.

Numa esperança ingênua e equivocada, muitas vezes, a massa de trabalhadores almeja adentrar os espaços escolares com o intuito de qualificar-se e manter-se empregável. Porém, na prática, os diplomas não garantem a empregabilidade do sujeito, pois faz parte da lógica retrodestrutiva do Capital dispensar trabalho vivo, trocá-lo por trabalho informatizado, depreciando, sempre que possível, o valor da força do trabalho humano. Deste modo, considerando o metabolismo social do Capital e seus impactos civilizatórios, torna-se inviável ignorar a dimensão do trabalho humano na análise de qualquer objeto de estudo.

Embora alguns estudiosos considerem esta categoria de análise secundária, é preciso retomar Marx (1987) quando afirma que o trabalho é, ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza, mas que, na sociedade capitalista, esta atividade metamorfoseava-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória. Esta dimensão contraditória do mundo do trabalho cria e, ao mesmo tempo, subordina, humaniza, degrada, li-

bera e escraviza, emancipa e aliena. Por isso o trabalho continua sendo uma questão central em nossas vidas e, no atual momento histórico, o grande desafio é dar sentido a este trabalho.

A difusão do consenso a respeito da necessidade de investimento em capital humano, da importância do conhecimento e da qualificação profissional encontra aliado nas mídias de massa. Esses meios de comunicação atuam na manutenção do consenso em torno da ideologia neoliberal, que propaga a responsabilização individual pela conquista de um lugar no mercado de trabalho.

A ideologia, no sentido cultural e político, cumpre a função de ordenar os sistemas sociais, criando e difundindo amplamente discursos que explicam a realidade. A formulação de tais discursos, ao buscar mais clareza possível, assenta-se em referências compartilhadas por toda a sociedade: “Efetivando-se no terreno do convencimento, a ideologia hegemônica apela aos indivíduos e aos grupos, visando obter o ‘consenso ativo’ dos governados” (RUMMERT, 2007, p. 21). Estes aparelhos hegemônicos constituem-se como espaços pedagógicos que ajudam a formar e consolidar o consenso em torno desse novo tipo de trabalhador que está sendo requerido no contexto da atual reestruturação produtiva, bem como uma determinada representação do mundo do trabalho.

Nesse contexto, um estudo do discurso midiático proferido pelo quadro Sala de Emprego, exibido dentro do repertório do telejornal *Jornal do Almoço*, da Rede Globo, realizado em 2015, apontou que, em termos gerais, o mercado de trabalho retratado pela reportagem é um cenário no qual “sobram” oportunidades e “faltam” trabalhadores qualificados para aproveitar essas chances. Para a autora, esta sobra de oportunidades encontra-se fundamentada no pressuposto de que o mercado seria o próprio criador das oportunidades e observou três possibilidades de emprego apontadas pelo referido veículo de comunicação. Segundo o telejornal, para que o jovem obtivesse emprego na atualidade, haveria três possibilidades: um primeiro tipo pauta-se na obtenção de uma vaga no âmbito do emprego formal — com carteira assinada —, ou seja, a de se tornar empregado; o segundo é o de se tornar “dono do próprio negócio” ou a “oportunidade de empreender”; o terceiro e último resume-se na oportunidade de o trabalhador “investir na sua empregabilidade” por meio de estágios, *trainees*, trabalhos temporários e voluntários (JUNG, 2014).

Os meios de comunicação de massa, assim como o discurso empresarial, orientados pela ideologia neoliberal, criam cenários nem

sempre reais, dando a entender que as oportunidades estão disponíveis para todos indistintamente e que basta estar qualificado para saber aproveitá-las. Com base nos elementos apresentados no discurso oficial destes aparelhos hegemônicos, sugere-se que os problemas enfrentados no mercado de trabalho não resultam da relação capital-trabalho, mas de escolhas individuais equivocadas dos trabalhadores, reforçando, com isto, a meritocracia e a sobrevalorização das leis do mercado, entendido, neste aspecto, como o grande orientador das escolhas profissionais dos trabalhadores.

Exemplos do discurso dominante, falseador da realidade, foram encontrados nas falas dos entrevistados, egressos dos cursos técnicos, sujeitos desta pesquisa. Muito embora o cenário político e econômico do ano em que a pesquisa foi realizada seja pouquíssimo promissor aos trabalhadores, os discursos proferidos pelos egressos encontram-se encharcados dos apelos midiáticos e da ideologia das oportunidades. Essa característica revela uma incorporação destes ideais pelos jovens egressos em função do exaustivo trabalho de criação de consenso dos últimos tempos em torno da empregabilidade.

Tipo, não atrai querer trabalhar formalmente. Eu, por exemplo, busco conhecimento, né! Eu não tô lá apenas trabalhando, quero conhecimento pra minha vida. Então, eu quero ver como é que funciona o negócio, eu quero entender. Por isso estou em dois empregos, eu trabalho, lógico, também por dinheiro, porque eu preciso, não é um salário extraordinário, que eu ganho hoje em dia. Pra você ter noção, além do trabalho no restaurante, trabalho também em um *free lance*. Neste, eu ganho duzentos e cinquenta reais trabalhando um dia. Olha só, veja bem, às vezes fico pensando, por que eu vou ficar me matando trabalhar numa cozinha oito horas diárias, mais de doze horas no sábado pra ganhar mil e duzentos reais por mês, se eu tipo, trabalhando quatro dias do mês no *free lance*, eu ganho mil reais? Então, não convém, sabe? [sic] (Egresso E1).

O Egresso (E1) precisa trabalhar em dois empregos para pagar as contas no final do mês. Um detalhe relevante é que, além da jornada dupla no mundo do trabalho, o jovem é estudante do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos da UFSC. Em sua narrativa, E1 destaca que tem um emprego formal em um restaurante apenas para entender a di-

nâmica do negócio, pois pretende empreender na área da gastronomia no futuro, todavia, acha o trabalho informal muito mais vantajoso no aspecto da remuneração.

Um dado emblemático que a pesquisa constatou ao analisar as narrativas juvenis é o fato de o jovem não se reconhecer nos modos do emprego formal: jornada de trabalho de oito horas, carteira de trabalho assinada, benefícios sociais garantidos. Consideram que isso era a realidade das gerações passadas. Em todas as narrativas, foi possível constatar uma incorporação de um discurso que é difundido nos meios de comunicação de massa, segundo o qual o jovem é protagonista da sua rotina de trabalho, porém, estes jovens não conseguem perceber as dinâmicas precárias às quais estão submetidos diariamente.

Contradizendo o cenário de oportunidades difundido pelas mídias tradicionais, diversos autores demonstram a precarização dos postos de trabalho criados nas últimas décadas (DRUCK, 2011). Isso não só nos países periféricos, mas também nos países de capitalismo central, como é o caso dos países europeus. Antunes (2011) destaca que

há, hoje, mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Deste número, a Europa conta com mais de 20 milhões e a Alemanha – outrora elogiada por produzir o “milagre alemão” – ultrapassou a marca dos 5 milhões. Em um país como a Índia – reverenciado pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento – há não menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas e outras milhões sob condições inadequadas de trabalho, cujos dados não foram registrados. Além disso, a intervenção do FMI, organização dos EUA que dita ordens, pretendendo melhorar as condições econômicas dos países “em desenvolvimento” mais afetados pela crise, tem, na verdade, piorado as condições dos desempregados [...]. Ao mesmo tempo, os antigos países pós-capitalistas pertencentes ao sistema de tipo soviético, da Rússia à Hungria – que no passado não sofriam com altos índices de desemprego, embora administrassem suas economias com altos níveis de subemprego –, diante da pressão direta do FMI vêm sofrendo com as condições desumanizadoras do desemprego maciço (p. 15).

Além do desemprego estrutural em franca expansão, ampliam-se e espalham-se por toda parte, inclusive no chamado “Primeiro Mun-

do”, os trabalhadores imigrantes – os *gastarbeiters* na Alemanha, os *chicanos* nos EUA, os *dekasséguis* no Japão e, mais recentemente, os haitianos no Brasil. Do ponto de vista do Capital, a migração de trabalhadores é natural e corresponde ao movimento da *mão-invisível* do mercado, porém, é preciso observar criticamente os impactos políticos e sociais da movimentação destes sujeitos pelo globo terrestre.

José Paulo Netto (2013) afirma que a desregulamentação, bem como a flexibilização que o capital vem implementando, hipertrofia as atividades de natureza financeira – seja a superacumulação, ou a especulação desenfreada – com o suporte da automatização dos mecanismos de controle das tecnologias da comunicação que permitem vasta mobilidade espaço-temporal ao Capital. Ao mesmo tempo, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada propicia uma *mobilidade* ou *desterritorialização* dos polos produtivos, encadeados em redes supranacionais.

A racionalização dos processos produtivos tem implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital – e os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrem o “desemprego estrutural”! De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado – e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (NETTO, 2013 p. 13).

Neste cenário, emerge uma flexibilidade e instabilidade do emprego formal, abrindo portas para modalidades de trabalho precarizado, também chamado de “trabalho atípico” (VASAPOLLO 2005). São assim denominados porque se expressam na forma de prestação de serviços cuja principal característica é a falta ou a insuficiência de tutela contratual. No trabalho atípico estão inclusas todas as formas de prestadores de serviços diferentes do modelo-padrão com garantias formais e contratuais por tempo indeterminado e *full-time*. Essas formas de trabalho autônomas estão presentes em todo o setor terciário e nas atividades precárias, como acontece nas temporadas dos setores de agricultura e

de turismo, nos transportes e nas telecomunicações. A diminuição dos postos de trabalho efetivos e estáveis está vinculada a um processo mais amplo de precariedade em um contexto que supera o mercado de trabalho e se impõe como modalidade da vida cotidiana.

Antunes (2009), ao analisar as novas dinâmicas do capitalismo, deixa clara a íntima relação entre flexibilização e precarização. Para o autor, a flexibilização pode ser tanto salarial, de horário, funcional ou organizativa, mas corresponde a vantagens e possibilidades que beneficiam somente a empresa.

Como consequência deste cenário de instabilidade cotidiana, a ameaça de desemprego confere à empresa o poder de negociação (e/ou imposição) em relação às formas e condições de trabalho. Pois, na sociedade capitalista, as negociações entre Capital e Trabalho partem de uma naturalização do desequilíbrio entre estas duas forças opostas que sempre, mesmo quando a classe trabalhadora avança em direitos, não equilibra a balança, uma vez que isto comprometeria a acumulação capitalista e a própria manutenção do sistema. Observa-se, nesse sentido, uma tendência no crescimento dos desafios que testam a capacidade de o trabalhador se manter em condição de vender seu conhecimento, uma vez que este novo padrão lhe exige qualidade, flexibilidade e maior produtividade para se manter empregável.

### **Um estudo, dezesseis narrativas e alguns pontos de convergência:** algumas reflexões sobre os dilemas vivenciados pelos jovens trabalhadores

Do total de entrevistados, dez são do sexo feminino e seis são do sexo masculino. Especificamente no grupo analisado, a pesquisa identificou que as mulheres têm mais dificuldade de inserção no trabalho formal, embora sejam mais qualificadas que os homens.

Todos os entrevistados do sexo masculino ocupam ou já ocuparam posições de destaque na cozinha: Chef ou Sub-Chef do estabelecimento. Em quatro narrativas, egressas expressaram o preconceito existente quanto à atuação das mulheres nas cozinhas industriais. De acordo com estas jovens, geralmente, na Grande Florianópolis, as cozinhas dos restaurantes são dominadas por homens. As mulheres, por sua vez, quando conseguem adentrar este espaço masculino, ficam restritas às atividades periféricas: lavar pratos, higienização dos legumes, mon-

tagem das sobremesas. Sobre essa temática, a Egressa E7 afirma ter vencido

isso no meu estágio obrigatório do curso, dos 14 funcionários da cozinha, apenas duas eram mulheres. Estas eram destinadas a atividades simples como manipulação dos legumes, lavar pratos e preparo das sobremesas. Eu, por estar no estágio do curso, acabei passando por vários setores, *mas havia sempre comentários sexistas, mas você vai conseguir pegar essa caixa de ostra? Não queres ajuda com essa posta de carne? É muito peso para você!* Por mais que eu tivesse certeza [de] que eu poderia movimentar aquele objeto. Em nossa região, existe uma cultura difundida em que o comando de um restaurante ou cozinha industrial não é o espaço da mulher, mas sim do homem [sic] (Egressa E7).

Do total de mulheres entrevistadas, apenas duas estavam empregadas formalmente. As demais atuavam na informalidade. Os homens, embora geralmente menos qualificados que as mulheres, pois quase todos pararam sua escolarização no curso técnico – apenas dois continuaram no Curso Superior de Tecnologia – demonstram não encontrar dificuldade de inserção profissional, sendo que todos os entrevistados estavam em posição de destaque no seu ambiente de trabalho. Entre as entrevistas do sexo feminino, apenas uma pessoa não tinha graduação; todas as demais seguiram o percurso formativo na graduação.

Ao serem indagadas sobre as razões que levam as mulheres a ocuparem os espaços subalternos nos restaurantes e padarias, mesmo sendo mais qualificadas, algumas narrativas forneceram alguns subsídios para aprofundarmos o debate. De acordo com a Egressa E10, historicamente, na sociedade, as mulheres ficaram responsáveis pelas atividades domésticas, bem como a educação e cuidado dos filhos quando criança. As atividades em uma cozinha industrial ou panificadoras são exaustivas e insalubres. Quando o empregador está em processo de recrutamento de candidatos para preenchimento de uma vaga, a pessoa do sexo masculino estará sempre em vantagem.

Para a egressa, no pensamento dos empregadores, a mulher pode ficar grávida. Caso seja mãe, o filho pode ficar doente. É preciso considerar, também, o preconceito de que as mulheres são mais fracas fisicamente que os homens, ou que elas não teriam condições de resistir ao trabalho pesado à frente de uma cozinha industrial.

Das 10 jovens egressas entrevistadas, somente duas trabalhavam de carteira assinada: E6 atuava como gerente de uma padaria em um bairro nobre da Florianópolis; E9 atuava como padeira em um bairro popular no sul da ilha. Na área da panificação, as questões de gênero ficam ainda mais acentuadas, pois se trata de um trabalho muito pesado em um ambiente com temperaturas muito elevadas. A jovem E6 destacou, em sua narrativa, que, na rede de padarias em que ela atua, há 42 padeiros e somente duas padeiras.

As demais mulheres entrevistadas atuam na informalidade. Neste grupo de narrativas, duas categorias se destacaram: iniciativas de empreendedorismo e *uberização*. As formas de trabalho *uberizado* são um fenômeno recente na cidade de Florianópolis, inspirado na lógica do aplicativo UBER. De acordo com as narrativas, através de um aplicativo tecnológico, um proprietário do restaurante, por exemplo, pode contratar produtos específicos como: *petit gâteau*, ostras gratinadas, tortas customizadas. O trabalhador prestador do serviço paga uma taxa mensal para se cadastrar no aplicativo.

Para os estabelecimentos – bares, hotéis e restaurantes – torna-se algo vantajoso, pois o empresário desfruta de um serviço de alta qualidade, sem a necessidade de pagar os encargos sociais e trabalhistas. Tais aplicativos tecnológicos não oferecem apenas serviços na área da gastronomia; com apenas um toque no celular, você pode escolher um serviço customizado na área de faxina ou jardinagem. E15, egressa do Curso de Panificação e Confeitaria, acredita que a lógica do trabalho *uberizado* é uma tendência irreversível na atual sociedade tecnológica: “há muitos jovens querendo trabalhar! Do outro lado, usuários precisando de faxineiras, motoristas, babás, motoboy, cerveja gelada para festa, tortas, manicure, transporte e até médico em domicílio. É uma nova era, entende!?”

O empreendedorismo também apareceu com força em todas as dezesseis narrativas. Todos os jovens sonham em ter o seu próprio negócio, estabelecer a sua própria dinâmica de trabalho. Alguns entrevistados – E1, E4, E11, E13 – demonstraram total insatisfação com o atual emprego: exaustivo, insalubre, baixa remuneração, pouco valorizado pelo patrão. Mas se esforçam para manter a rotina, na expectativa de entender as especificidades do negócio, já que, no futuro, pretendem empreender na área.

Entre as pessoas que atuam ou já atuaram com carteira assinada, foi possível identificar que há uma grande rotatividade nos empregos. A

média de permanência na atividade laboral é de doze meses. Dois fatores contribuem para essa movimentação: comércios que inauguram e, após alguns meses, acabam encerrando suas atividades por conta das dificuldades financeiras. Outro fator que acaba influenciando os jovens a procurarem outras empresas diz respeito às condições precárias e insalubres às quais são submetidos.

Os jovens sujeitos desta pesquisa não são oriundos de famílias em situação de dificuldades financeiras. Nenhum dos entrevistados, durante o seu percurso escolar, procurou acessar o Programa de Auxílio ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade Social. Nas narrativas, foi possível identificar que as famílias prestaram grande apoio e foram fundamentais para que o egresso pudesse concluir o curso.

Por fim, não podemos deixar de mencionar as configurações sociais, econômicas e geográficas do município de Florianópolis. De acordo com o IBGE, no ano de 2016, a população de Florianópolis estava estimada em 477.798 habitantes. Historicamente, o turismo e a pesca sempre foram as principais atividades econômicas da cidade. A partir de 2008, a indústria de tecnologia da informação começa a se destacar, superando o turismo no ano de 2012.

Em volume de impostos arrecadados pela Prefeitura Municipal no ano de 2016, o turismo foi a segunda principal atividade econômica de Florianópolis, porém, é um setor que sofre com a sazonalidade. Entre dezembro e março, o município recebe um número expressivo de turistas, fato que não ocorre nos demais períodos do ano.

Outro desafio que a região metropolitana de Florianópolis enfrenta são os movimentos migratórios. Diariamente, os meios de comunicação de massa difundem a informação de que a capital catarinense tem um dos melhores IDH do país, fato que acaba atraindo muitos desempregados, que desejam recuperar uma posição no mercado de trabalho.

Silva (2010) identificou, em sua pesquisa, que esses imigrantes, quando chegam ao município, no verão, rapidamente conseguem uma colocação, normalmente no setor de serviços (bares, hotéis, restaurantes). Com o término da temporada de verão, esses trabalhadores são demitidos, sendo que a maioria permanece na cidade. Muitos passam a ocupar morros e guetos na entrada do município; outros passam a ocupar áreas de preservação permanente nos extremos da ilha de Santa Catarina.

A ocupação da cidade é um dos maiores desafios de Florianópolis. Com a forte especulação imobiliária elevando os preços dos

imóveis e aluguéis, junto à intensificação dos movimentos migratórios, pessoas vêm de outros Estados para atuarem, geralmente, no setor de serviços. Na última década, várias comunidades em situação de vulnerabilidade social e risco surgiram em áreas de preservação permanente: Favela do Siri, localizada nas dunas da Praia dos Ingleses; Comunidade da Vargem, fixada sob o mangue Papaquara, no Balneário de Canasvieiras; Comunidade da Encosta, erguida no morro do Lampião, Praia do Campeche.

Esse movimento de ocupação nas extremidades da ilha de Santa Catarina ocorre após o maciço do Morro da Cruz, localizado na área central da cidade, estar quase totalmente ocupado por imigrantes que, ao chegarem no município, não tendo um local para morar, subiram a encosta e construíram um abrigo. Estudo realizado por Caruso (2012) demonstrou que, em três décadas de ocupação, mais de 75% da vegetação do morro da Cruz foi destruída.

### **Considerações finais**

Nas últimas três décadas, a perspectiva sociológica tem proporcionado inúmeros debates em torno do público juvenil. Inserção no mundo do trabalho, sociabilidade e interação nos mais variados territórios, sexualidade, índices alarmantes de homicídios, consumo de álcool e drogas ilícitas, acesso à informação e ao conhecimento, uso e apropriação das tecnologias digitais são algumas das questões que desafiam a autonomia e a convivência dos jovens.

No que se refere às políticas públicas para a juventude no Brasil, o início da década de 1990 parece ter se configurado como um marco das iniciativas destinadas ao público juvenil. Nesse período, foram empreendidas algumas ações, mantidas, porém de forma desarticulada, entre os ministérios, fato que gerou uma grande fragilidade na coordenação dos projetos e programas.

Para muitos autores, uma prova dessa afirmação é a grande dificuldade encontrada quando se buscam informações públicas e confiáveis sobre o desempenho das ações empreendidas na última década do século XX. Importante destacar que, durante o período em questão, todos os documentos oficiais que norteavam as políticas públicas para a juventude classificavam como jovem a pessoa entre 15 e 24 anos (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Um dos debates mais intenso travado na sociologia contemporânea tem sido a tentativa de responder à seguinte pergunta: em que momento o indivíduo deixa de ser jovem e atinge a vida adulta? Certamente, não se trata de uma questão fácil de ser respondida, porque, além de aspectos biológicos, o conceito de juventude é atravessado por aspectos históricos, culturais e políticos de cada sociedade.

Conforme explicitado na introdução, esta pesquisa compreende juventude como os indivíduos com idade até 29 anos. A sustentação para fazer esse recorte é o conjunto de políticas públicas implementadas pelo Governo Federal brasileiro nos últimos 16 anos, sendo que todos os documentos norteadores de tais políticas, leis e decretos presidenciais classificam como jovem a pessoa entre 15 e 29 anos.

A análise das dezesseis narrativas traz algumas preocupações para todos que lidam com a educação profissional, científica e tecnológica. Embora esses jovens sejam egressos de uma instituição federal, possuam um currículo em que há de disciplinas que deveriam problematizar as especificidades do mundo do trabalho, esses sujeitos, agora na posição de trabalhadores, incorporam com muita facilidade os discursos difundidos pelos meios de comunicação de massa, como exemplo, a ideia de que oportunidades existem, basta o indivíduo procurar; ou a afirmação de que a *uberização* dos serviços é um caminho sem volta na atual era tecnológica que estamos atravessando.

A despolitização dos jovens é outra característica marcante dos entrevistados. Expressões como “no grêmio só tem pessoas malucas” [sic] e “cara, não vejo televisão, então não faço ideia do que ocorre no mundo da política” foram recorrentes. A internet se mostrou como a principal fonte de informação dos egressos. Porém, o acesso fica restrito às redes sociais digitais. No grupo analisado, foi possível constatar que, geralmente, os jovens navegam em bolhas, ou seja, interagem através de grupos de discussão hospedados nas redes cibernéticas, sendo que os entrevistados não têm a iniciativa de checar se as informações difundidas são verdadeiras.

Tais constatações demonstram que a educação profissional e tecnológica tem grandes desafios pela frente. Sobretudo numa sociedade que é palco do enfraquecimento da educação pública, paralelo ao crescimento do sistema privado que se deu ao mesmo tempo em que a socialização se deslocou da escola para a mídia, a publicidade e o consumo (MÉSZÁROS, 2008). Ainda que na atual fase de desenvolvimento do

capitalismo justifique-se a manutenção da existência da escola pública, é importante destacar que ela ainda opera como aparelho ideológico do Estado, ou seja, na manutenção sistêmica do capital.

Nos documentos emanados pelo Estado, no que tange a organização da Educação Profissional, a exemplo do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT)<sup>9</sup> em vigor, “há a descrição de um perfil profissional de conclusão, basicamente correspondendo às atividades realizadas pelos técnicos nas versões anteriores [do catálogo] – contudo soando com outro peso – *carga horária mínima, infraestrutura mínima* requerida, campo de atuação, ocupações associadas, possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo<sup>10</sup> e possibilidades de verticalização em cursos de graduação também” (GUEDES, 2016, p.69, grifo nosso). Tal formato evidencia a intensificação da regulação e racionalização dos currículos e dos processos educativos sob a ótica do gerenciamento. Este alinhamento às tendências emanadas pelos organismos internacionais preocupa-se fortemente com a standardização dos currículos e com as avaliações em larga escala, conforme aponta Soares (2004). A concepção de educação de cunho gerencialista e suas tentativas de padronização dos fazeres dos educadores e dos próprios educandos se alinham às políticas neoliberais de formação e atendem as demandas do mercado, ao negarem a autonomia da

9 “O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é um documento criado em 2008, pelo MEC, após a instituição do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Desde então, passou por modificações e atualizações, sendo que está em sua 3ª edição, de julho de 2014, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 1/2014. De acordo com os dispositivos do Conselho Nacional de Educação, como Resoluções CNE/CEB nº 3/2008; nº 4/2012 e nº 1/2014, o CNCT sistematiza e organiza a oferta de cursos técnicos no país, contendo as orientações básicas para estudantes e instituições públicas ou privadas de Educação Profissional, sendo colocado como uma publicação resultante de uma política nacional de sistematização da oferta de cursos técnicos no país. Desde sua criação, foram incluídos novos cursos, outros sofreram alteração de nomenclatura ou houve modificações dos eixos tecnológicos, que atualmente são 13, com 227 cursos catalogados” (GUEDES, 2016, p. 69).

10 “O entendimento apontado nos documentos oficiais acerca de “itinerário formativo”, valendo-se, especialmente, do Decreto no 8.268/2014, que realizou inclusões no Decreto no 5.154/04. Em seu Art. 3o, § 2º ele afirma que: “Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”. Mais adiante, em seu Art. 6o, §2o, complementa assim: “As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão (BRASIL, 2014). Assim, conclui-se que se trata de trajetórias de formação, dentro de uma determinada área profissional, que podem ser subdivididas em etapas que representem fechamentos parciais e complementares, que poderão ser aproveitados para um perfil profissional futuro, na continuidade dos estudos (GUEDES, 2016, p. 68).

criatividade dos sujeitos nos processos de construção do conhecimento e ao alienarem esses sujeitos da totalidade do trabalho.

As entrevistas com os egressos são emblemáticas ao demonstrarem os resultados desta política de formação para o mercado, que caminha lado a lado com a despolitização dos sujeitos. Assim, vale lembrar que um projeto de educação que almeje formar cidadãos conscientes acerca das novas dinâmicas que são impostas diariamente à classe trabalhadora precisa priorizar a formação crítica. A redução da carga horária dos cursos técnicos assinalada pelos padrões mínimos do CNCT supracitados, já incorporadas para os cursos em questão a partir de 2017, e a eliminação de disciplinas que estão fora do eixo tecnológico tendem a tornar essa discussão ainda mais complexa.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelho ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa de ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8268, de 18 de junho de 2014**. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2014.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: Desafios à autonomia e à convivência.**Revista Teias**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 07-22, set./dez. 2011.

CARUSO, Mariléia Martins Leal.**O desmatamento da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EDUFSC, 2012.

DAYRELL, Juarez. A escola faz juventudes? Reflexões sobre a socialização juvenil.**Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1111, out. 2007.

\_\_\_\_\_. Juventud, grupos culturales y sociabilidad. **Jovenes:Revista de Estudios sobre Juventud**. México, n. 22, p. 128-147, 2005.

\_\_\_\_\_. Cultura e identidades juveniles. Última década.**Vina Del Mar**, Chile, año 11, n. 18, p. 69-92, abr. 2003.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?.**Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 37-57, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio.**Educação e a crise do capitalismo real**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUEDES, Thais.**As propostas de formação dos trabalhadores no ensino técnico subsequente**: projetos pedagógicos dos cursos do IFSC, Campus Florianópolis, em análise. 170p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**: história e implicações. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2008.

JUNG, Pâmela Regina.**O mercado de trabalho e o jovem trabalhador no “sala de emprego” do Jornal Hoje**. 207p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2014.

MACHADO, L. R. S. Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica: Convergências e Tensões. In: DALBEN, Ângela.I. L.Feitas

(Org.) et al. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MEDEIROS-FILHO, João Telésforo. **A classe-que-vive-do-trabalho e a Assessoria Jurídica Popular**, 2011. Disponível em: <<https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/tag/andre-gorz/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do Capital Social: Atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, v. 50, n. 01, 2013.

RUMMERT, Sônia. **Gramsci, trabalho e educação: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual**. Cadernos Sísifo 4. Lisboa: Educa/ Universidade de Lisboa, 2007.

SILVA, Mariléia Maria. **A inserção profissional dos egressos do Projovem Trabalhador**. Relatório final de pesquisa. Florianópolis: Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

SILVA, Mariléia Maria; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIEIRO, Elisa Maria. **Jovens, trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital**. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livrarias, 2012.

SPOSITO, Marília P.; CARRANO, Paulo. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, n. 24, p. 16-39, 2003.

SOARES, Ana Maria. Formação de técnicos em agropecuária: currículos como instrumentos de políticas públicas de regulação. In: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação**, 27, 2004. Caxambu/MG. Disponível em: <<http://27reuniaio.anped.org.br/gt09/t092.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Recebido em março/2017

Aceito em agosto/2017